

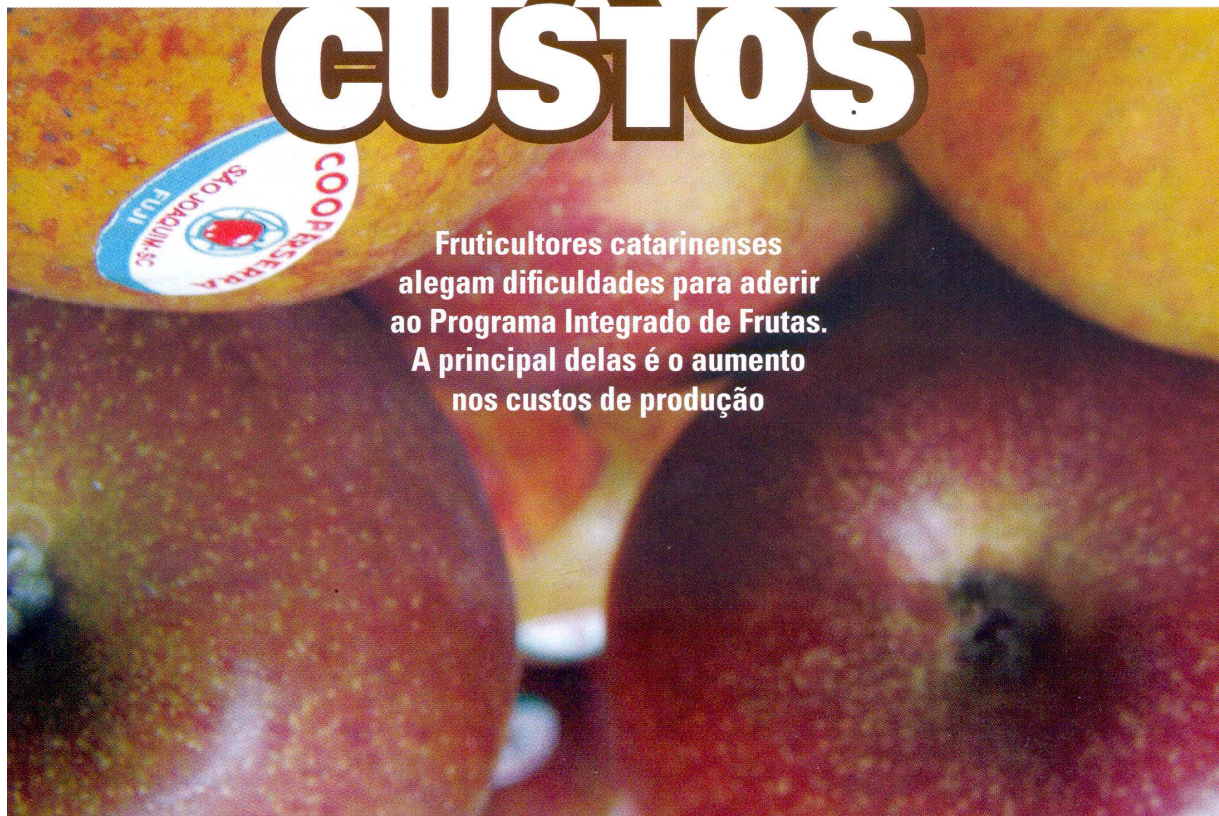


QUALIDADE

X

CUSTOS

Fruticultores catarinenses
alegam dificuldades para aderir
ao Programa Integrado de Frutas.
A principal delas é o aumento
nos custos de produção





Os produtores e as agroindústrias catarinenses que aderiram ao sistema de Produção Integrada de Frutas, PIF, reclamam que não podem repassar os custos para o consumidor, pois o brasileiro ainda não possui o hábito de pagar mais por uma fruta atestada. O pequeno produtor, por exemplo, é forçado a trabalhar na informalidade, já que não possui condições de pagar pela certificação. Para as agroindústrias exportadoras, o problema reside nos supermercados europeus, que não reconhecem a Produção Integrada brasileira e exigem o selo de suas certificadoras privadas, ainda que não sejam reconhecidas por seus próprios governos.

No ano passado, a missão oficial da União Européia que veio ao Brasil visitar a produção de maçã e mamão – principais frutas exportadas ao bloco – quanto aos níveis de resíduos de agrotóxicos e rastreabilidade com respaldo governamental ignorou os protocolos comerciais firmados entre os produtores e o setor privado europeu, isto é, os supermercados, e propôs a obrigatoriedade da adesão à PIF de todos os produtores exportadores dessas frutas como requisito para que o governo brasileiro autorize a exportação dos produtos para a UE.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mapa, atendeu às exigências dos importadores através da Instrução

Normativa nº 58, publicada em 26 de outubro de 2006. “Esta normativa, porém, trazia a obrigatoriedade da adesão dos produtores de todas as frutas, e não somente da maçã e do mamão, como foi exigido pelo bloco europeu. Foi necessário então revogá-la após 40 dias”, explica Luiz Carlos Nasser, coordenador da Produção Integrada da Cadeia Agrícola do Mapa.

Embora os pequenos fruticultores possam respirar aliviados na safra 2006/07, tendo em vista a isenção de aderir à PIF, a polêmica pode voltar à tona na próxima colheita, uma vez que a missão da União Européia deve retornar ainda no primeiro semestre deste ano para, novamente, analisar a cadeia da fruticultura. “É bem provável que, para a safra 2007/08, volte a ser discutida a obrigatoriedade da PIF para os exportadores de frutas”, enfatiza Nasser.

Falta união

Pequeno fruticultor de Fraiburgo, SC, Jurandir Ferreira de Deus cultiva 4 hectares de maçã, onde colhe 160 toneladas da fruta. Ao ser questionado sobre uma possível obrigatoriedade da PIF, o produtor faz um ar de espanto e comenta: “Não estou sabendo de nada”.

Fruticultor há 20 anos, Ferreira recebe treinamento e assistência técnica da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Epagri, e realiza o próprio controle de qualidade e classificação das frutas. “Sempre que aplico algum produto no pomar, anoto em uma planilha, pois, quando vou vendê-lo, o comprador quer saber de que forma produzi”, explica o produtor.

A maior preocupação dos fruticultores em relação à PIF recai sobre o aumento sig-

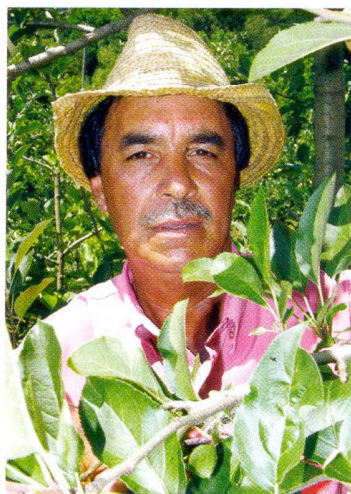
nificativo dos custos, o que inviabilizaria o pequeno produtor, pois há anos que, dependendo do clima e do mercado, o ganho mal cobre as despesas com a produção. “Acho que levaríamos um choque, porque elevaria os gastos com a atividade, que já são altos e, se tivermos que pagar para certificar, seremos obrigados a abandonar a fruticultura. Já chega o que pagamos para produzir”, desabafa Ferreira.

De acordo com o coordenador da Produção Integrada do Mapa, uma possível limitação dos produtores à PIF, decorrente do custo da certificação, pode ser minimizada se houver união entre eles. “Temos exemplos de micro e pequenos produtores de frutas do Vale do São Francisco que se uniram em cooperativas ou associações e conseguiram diluir as despesas. Hoje, eles estão exportando”.

Fatores positivos

Segundo Nasser, na instauração da Produção Integrada sobressaem os fatores positivos, como a geração de emprego e renda e a fixação do homem ao campo, pois ela viabiliza a abertura de novos mercados, com consequente aumento nas exportações, bem como atrai um público seleto de consumidores internos. “É importante analisar que não é somente o mercado externo que está exigindo um produto certificado. A dona-de-casa brasileira também está se tornando exigente”, observa.

Apesar da grande relevância da certificação, Rosa Maria Valdebenito Sanhueza, pesquisadora da Embrapa Uva e Vinho, comenta que a adesão dos fruticultores a um programa como a PIF deveria ser voluntária, devido à dimensão e diversidade das cadeias produtivas e pelo fato das ex-



Jurandir Ferreira de Deus, pomicultor: “Não estou sabendo de nada”



Pierre Peres: “Produtores resistem à formação de associações e cooperativas”



O consumidor começa a exigir qualidade. Os supermercados querem o melhor produto, mas não estão dispostos a pagar um preço justo

ALF. FIGUEIRO

portações envolverem uma pequena parcela da produção. Ela menciona que, nesta situação, muitos pequenos fruticultores não teriam uma demanda clara para este tipo de produto, nem condições técnicas e financeiras para ingressar no sistema. Ao contrário da Europa, onde na compra de equipamentos, insumos, treinamento e assistência técnica cada produtor recebe cerca de 1.500 dólares de subsídio por hectare/ano. "Entretanto, é importante salientar que, para quem trabalha com exportação, bem como para os que pretendem se diferenciar no mercado nacional, não aderir à Produção Integrada é uma perda de oportunidade", diz ela.

A preocupação da União Européia – principal alvo das exportações brasileiras de frutas – com a segurança alimentar da sua população fez com que, no final da década de 1990, os países do bloco fossem orientados a controlar o modelo de produção aplicado nas nações exportadoras, principalmente nos quesitos ambientais e sociais. "Em vista disso, vimos a necessidade de antever e adotar processos produtivos que propiciassem um controle eficaz sobre a produção de maçã e que, ao mesmo tempo, fosse reconhecido pelo governo brasileiro", explica Sanhueza, doutora em Fitopatologia pela Esalq/USP, autora e coordenadora da Produção Integrada da Maçã, PIM, criada oficialmente em 2001.

Controle de qualidade

O reconhecimento pelo setor da importância de um programa de controle, tendo em vista a exigência dos importadores, desencadeou também um controle qualitativo interno sobre a produção. "Isso induziu as instituições de pesquisas a adotarem estudos voltados à área, onde são definidas com mais clareza as prioridades sobre as pesquisas que contribuem com o setor a curto e longo prazo", comenta.

Para a coordenadora da PIM, mesmo seis anos após a sua implantação no segmento da maçã, existem diferentes níveis de produção, que incluem produtores sem caráter empresarial e sem assistência técnica especializada produzindo para o mercado interno e que dificilmente mudarão de sistema, pois o próprio consumidor não exige. Há também os pequenos, que recebem assistência técnica de empresas e têm evoluído para associações ou cooperativas, que acabam aderindo à certificação como exportadores ou produtores diferenciados, além dos grandes exportadores que aderiram à PIM. "Esses dois grupos totalizam 33% da produção brasileira de maçãs e incluem grandes empresas e duas cooperativas de pequenos produtores", diz ela.

"Um dos aspectos importantes ocasionados pela adoção da Produção Integrada no setor da maçã, foi que ela se tornou um modelo de padronização para os pequenos

fruticultores", explica Pierre Nicolas Pérès, cidadão francês que adotou o Brasil desde 1985 e hoje preside a Associação Brasileira de Produtores de Maçã, ABPM. "A princípio, o pequeno produtor não tinha um parâmetro sobre os processos produtivos, ao contrário dos grandes, principalmente no que tange ao controle sobre a aplicação dos defensivos", comenta.

Mestre em Administração Internacional pela University of Dallas, em Texas, EUA, e licenciado em Comércio Internacional pela EDC, em Paris, França, Pérès é também vice-presidente da World Apple and Pear Association, Wapa, com sede em Bruxelas.

Concorrência desleal

Ele menciona que o governo brasileiro tem que pensar melhor no pequeno produtor se houver a obrigatoriedade da PIF, pois sua margem de lucro já está restrita e a maioria não teria condições de arcar com os custos da certificação. Hoje, o custo do processo para um produtor com três hectares de maçã e produção de 110 toneladas ficaria em R\$ 0,05 por kg. "Outro fator é a individualidade dos produtores, que resistem à formação de associações ou cooperativas, uma medida que poderia diluir as despesas anuais com a certificadora", lembra Pérès.

No entanto, os produtores e empresas que já adotam a certificação estão sendo



Albino Bongioiolo Neto: "O PIF foi responsável pela padronização e organização do setor produtivo brasileiro"



Marco Antônio Dalbo e Edson Luiz de Souza, da Epagri

vítimas de uma concorrência desleal. Existem fruticultores que, por buscarem a redução dos custos, não aderem à Produção Integrada. Não por falta de vontade, mas por inviabilidade financeira, o que acaba prejudicando quem é padronizado, já que os mercados compram a fruta não certificada por um preço menor, obrigando também os fornecedores certificados a reduzir suas margens de lucro.

"A grande questão é que temos, de um lado, o produtor com sua margem líquida cada vez mais restrita, querendo cortar despesas e, do outro, o supermercado que quer maximizar seu lucro. Isso acaba induzindo o fruticultor a trabalhar sempre no limite e pode levá-lo a cometer acidentes com a aplicação de produtos indevidos por falta de conhecimento, prejudicando quem já é atestado", ressalta Pérès, enfatizando que, com a Produção Integrada, evitam-se essas distorções.

Entretanto, ele salienta que, apesar da importância da certificação, seu alto custo e a obrigatoriedade de sua implantação na cadeia da fruticultura desestimulariam muitos produtores, principalmente os pequenos, a aderirem, o que traria riscos a todo o segmento. "O entrave é que os supermercados querem o melhor produto, mas não estão dispostos a pagar um valor justo por isso, o que desmotiva o setor produtivo", afirma.

Polêmica

A polêmica envolvendo a Produção Integrada vai além do mercado interno e acaba esbarrando na política de importação imposta pelos mercados europeus. Desde 2000, os importadores obrigam as empresas exportadoras de maçã a possuir um sistema de certificação da produção. "O problema é que os supermercados europeus não reconhecem a PIM em função da Eurep-GAP, iniciada em 1997 por 22 varejistas europeus para certificar frutas e carnes. Entretanto, a Eurep-GAP, que possui normas similares à PIF, não é reconhecida nem pelos próprios governos da União Européia, por ser uma certificadora privada, e nem pelo Ministério da Agricultura brasileiro. Mas os clientes europeus a exigem dos exportadores brasileiros, mesmo que eles já estejam certificados pela PIM", questiona Pérès.

"Embora não reconhecida nos mercados da UE, a PIM foi responsável pela organização e padronização do setor produtivo interno", explica Albino Bongioiolo Neto, gerente técnico de fruticultura da Fischer Fraiburgo Agrícola Ltda., de Fraiburgo, SC, primeira empresa certificada pela PIM e que hoje responde por 11% da produção nacional e 10% das exportações de maçã.

O sistema apontou às organizações produtoras onde estavam os gargalos, o que possibilitou que as mesmas revissem os conceitos produtivos até então adotados. Para as empresas e produtores adeptos à Produção Integrada, surgiram fatores positivos no que tange ao manejo e controle de pragas e doenças, facilidade na obtenção de registro de novos produtos oriundos de sistemas produtivos com menor impacto ambiental e, principalmente, maior facilidade na obtenção de certificações exigidas pelos importadores,

como o Nature's Choice Standard e a Eurep-GAP, o que facilita a abertura de novos mercados.

Marketing

No entanto, Neto salienta que, apesar de todo o esforço das agroindústrias em ofertar um produto rastreado e confiável, a dona de casa brasileira ainda não diferencia e não paga a mais por uma maçã certificada. Quem fica no prejuízo são os produtores, que acabam desmotivados, e as empresas, que têm seus ativos reduzidos por agregar custos à produção sem retorno. "Acredito que a obrigatoriedade da adoção da PIF não seria prudente. O que o governo precisa fazer é entrar com uma campanha de marketing explicando o que é o processo de certificação. Isso para que o consumidor valorize o produto, o que fará com que os próprios fruticultores optem por ela", relata.

Segundo ele, os produtores certificados pela Eurep-GAP ou pela PIM jamais abandonarão o sistema, pois os países importadores exigem um selo de certificação, principalmente o Eurep-GAP. "O diferencial da PIM é garantir ao consumidor qual é a origem e o processo produtivo adotado, atestado através da análise de resíduos feita por amostragem, o que faz com que o produtor também se atenha aos processos de controle na produção", comenta Neto.

Para o presidente da ABPM, cabe ao governo controlar e fiscalizar a certificação. "Não basta apenas obrigar os produtores a certificarem seus pomares e ele se omitir, ficando em cima do muro. Por exemplo, embargos similares aos que ocorrem na cadeia das carnes quando surge um foco de aftosa podem vir a acontecer com a fruticultura, caso não haja um controle veemente sobre a Produção In-



Divo Júlio Gali: "A fruticultura me dá um bom retorno"

tegrada. Se acontecer um problema como é que ficarão os produtores? E as agroindústrias? Serão obrigadas a demitir seus funcionários. E suas famílias? Acima de tudo, a Produção Integrada reverte em segurança da produção e maximiza a segurança alimentar do consumidor, pois, se porventura vier a ocorrer algum problema, há a possibilidade de voltar à origem e analisar onde ocorreu o erro, podendo-se inclusive retirar o lote suspeito do mercado", finaliza.

Cenário catarinense

Nos estados do Sul, a produção de frutas de clima temperado tem sido responsável pelo aumento da renda e fixação no campo de milhares de produtores ligados à agricultura familiar. Segundo dados da Epagri, Santa Catarina possui 4 mil pequenos fruticultores dedicados à produção de maçã, pêssego, ameixa e nectarina, sendo 2.200 famílias somente na cultura da maçã. A migração da agricultura tradicional para a fruticultura começou na década de 1970, com a criação do Programa de Fruticultura de Clima Temperado, Profit.

A implantação da PIF na produção de frutas de caroço não seria bem-vinda pelos produtores, não somente por questões financeiras e técnicas. "Até tentamos implantá-la na cultura do pêssego, mas não obtivemos sucesso. Entre as barreiras está a pouca opção de produtos químicos utilizados no sistema, pois muitos fabricantes alegam seu alto custo em registrá-los para um segmento pouco expressivo", explica Marco Antônio Dalbo, pesquisador na área de melhoramento genético da Epagri do município de Videira.

Para o pesquisador, enquanto o produtor não visualizar alguma vantagem na certificação, como aumento no preço ou facilidade na comercialização, dificilmente



ingressará na Produção Integrada. "Certificadas ou não, os produtores alegam que vendem as frutas do mesmo jeito e acabam questionando o porquê da certificação", diz Dalbo.

A área cultivada com pêssego em Santa Catarina chega a 1.888 hectares, com produtividade média de 20 mil kg/ha, podendo chegar a 40 mil kg/ha. Embora os fatores climáticos e mercadológicos possam ocasionar a variação nos índices de produtividade e no preço a cada safra, o produtor que colhe 20 mil kg/ha da fruta e comercializa a R\$ 0,50 o kg, obtém uma renda bruta de R\$ 10 mil por hectare. "Isso equivale a 6,6 hectares de milho, com produtividade de 100 sacas/ha e ao preço de R\$ 15,00 a saca, sem contar o custo de produção", explica Edson Luiz de Souza, engenheiro agrônomo da Epagri.

"Tenho pouca área e toda acidentada,

optei então pela fruticultura, que me dá um bom retorno", diz o produtor Divo Júlio Gali, de Videira. Na sua propriedade de 11 hectares, há 2,5 hectares com pêssego, um de maçã, 1,5 de ameixas e 2,5 de nectarinas, além de algumas vacas leiteiras e uma área de mata nativa.

Apesar da queda de 50% na produção, em função das fortes geadas, Divo Gali pretende colher 87 toneladas de frutas e atingir R\$ 103.100,00 de receita bruta. "Trabalho há 21 anos com a fruticultura e não pretendo abandoná-la. O que o governo precisa fazer é implementar políticas que auxiliem o pequeno fruticultor para que ele permaneça no campo", diz ele. "A fruticultura é minha fonte de renda. Anos atrás, enquanto os outros produtores arancavam seus pomares, eu estava plantando os meus. Hoje estou colhendo os frutos de meu esforço", comemora. ☐

Espécies	Produção (t)	Venda (R\$/kg)	Receita (R\$)
Pêssego	14	1,30	18.200
Maçã	40	0,70	28.000
Ameixa	20	2,00	40.000
Nectarina	13	1,30	16.900
Receita Bruta			103.100

Fonte: Produtor Divo Gali